

Governamentalidade Liberal e Práticas Psicológicas: Percursos da Psicologia Organizacional

Arthur Arruda Leal Ferreira (Docente do Instituto de Psicologia - UFRJ)
arleal@superig.com.br

Gabriel Gouvêa Monteiro (Instituto de Psicologia - UFRJ) gmgouvea@gmail.com

Rafael Martinez Aieta Affonso (Instituto de Psicologia - UFRJ) genmartinez@ig.com.br

INTRODUÇÃO

Pretendemos aqui investigar algumas das condições de surgimento e estabelecimento da psicologia organizacional no Brasil. No entanto, em desvio a um trabalho histórico tradicional, nossa perspectiva pretende dar destaque às conexões entre a prática psicológica e as formas de governo, compreendendo a mútua implicação entre o estabelecimento de saberes e reorganizações nos modos de exercício do poder. Mas o que terá a psicologia, ordinariamente conhecida como “ciência do indivíduo”, com o tema do governo?

Para delinear tal relação recorreremos aos cursos *Segurança, Território e População e O Nascimento da Biopolítica* ministrados por Michel Foucault no Collège de France entre os anos de 1978 e 1979. Nesses, o governo é entendido de forma expandida como “condução da conduta alheia”, expressando-se desde o cristianismo primitivo até os modos do Estado contemporâneo, sendo, dessa forma, desempenhado por agências que não dizem respeito somente ao Estado. Nosso conceito-chave, no entanto, é o de governamentalidade, significando o conjunto de estratégias, dispositivos, cálculos que tem por objetivo o melhor governo de uma população quanto níveis desejáveis de saúde, tranquilidade, segurança.

Tal formalização acerca do exercício do governo, uma governamentalidade, teria se prestado somente no século XVI, patrocinado pelo surgimento de uma literatura acerca das artes de governar. Esta modalidade reflexiva fará duas importantes rupturas quanto àquela da pastoral cristã e a maquiaveliana. Quanto à primeira, não mais se almejará um governo das almas dirigido à salvação, isto é, a consideração de um elemento extraterreno como orientador da condução da conduta. Em contraste a isto, teremos, nas palavras de Foucault, uma “razão de Estado”, definida por preconizar uma circularidade no exercício do governo: os objetivos, agora terrenos de melhor condução da população a tal estado desejável de saúde, felicidade, produtividade, serão alcançados mediante a máxima expansão e fortalecimento do próprio governo. Em segundo lugar, é uma literatura antimachiaveliana, neste sentido, não mais direcionada à manutenção do controle de um príncipe sobre um dado território através de jogos de manipulações e violências. O governo se volta positivamente à população, entendida como força motriz de engrandecimento não de um príncipe, mas de um Estado.

Como fenômeno administrativo decorrente deste processo teremos o “Estado de Polícia”. Tal modelo se aproxima muito das formas tratadas por Foucault em sua análise de instituições disciplinares, fundamentando-se em um princípio de máximo registro e intervenções sobre os elementos governados, inclusive de maneiras coercitivas. É-nos interessante, no entanto, a desestabilização deste modelo provocada pela crítica fisiocrática e liberal a partir das quais, em meados do século XVII e início do XVIII, vemos surgir as bases de uma nova governamentalidade, qual seja, a liberal.

Nesta, mais que um direito, a liberdade surge como técnica de governo. O governo, aqui, deve se basear no acompanhamento de seus sujeitos em suas regularidades naturais, as quais são somente inteligíveis em um regime de liberdade. A população surge, então, como um ente natural a ser governado não apesar, mas através de sua liberdade. Tal concepção abrirá campo fértil para o surgimento das ciências psicológicas.

PSICOLOGIA, TRABALHO E GOVERNAMENTALIDADE

Nesta perspectiva, segundo Rose (2008) a história da psicologia se atrela à história do governo de uma dupla maneira: 1) mediante as técnicas de inscrição que permitem que as subjetividades se tornem permeáveis às técnicas de governo; e 2) mediante a constituição de políticas múltiplas que pretendem conduzir a conduta dos indivíduos, não só através da disciplina, mas principalmente através da liberdade e da atividade dos indivíduos.

No livro *Governing the Soul* Nikolas Rose analisa a capilarização e empoderamento do expertise psicológico no campo da psicologia organizacional. Compartilhamos sua hipótese de que este movimento se articula ao avanço do citado programa liberal, o qual acarreta o desmantelamento gradativo de práticas administrativas coercitivas em prol de tecnologias que comportam um maior grau de liberdade dos sujeitos abordados.

Processo este expresso no próprio vocabulário psicológico que, se inicialmente ligado a práticas disciplinares, faz base ao surgimento da sub-disciplina ergonômica e, posteriormente, do fenômeno do empreendedorismo. Em relação à ergonomia, se busca um ganho de eficiência através da adaptação do trabalho a uma natureza psicofisiológica dos sujeitos. Já quanto ao empreendedorismo, a eficiência é alcançada através de técnicas nas quais as esferas pessoal e profissional se articulam fundamentalmente; aqui o indivíduo surge como um *self* em busca de auto-realização e o trabalho como local para afirmação e construção desta identidade.

No entanto, as análises de Rose se restringem aos contextos inglês e norte-americano. Pretendemos, então, sob esta mesma perspectiva histórico-crítica, analisar alguns dos percursos micropolíticos da psicologia organizacional em terras nacionais, para tal tomando como base a consulta aos arquivos do ISOP, Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. Tal órgão, fundado em 1947 por Emílio Mira y López, foi marcado pelo alavancamento em caráter nacional no tocante à psicologia aplicada, tendo importante atuação reconhecimento da própria profissão de psicologia no Brasil. Seus objetivos eram, dessa forma, não só teóricos, mas especialmente práticos e conectavam preocupações políticas sobre a vida produtiva da nação e econômicas de maximização de vantagens com técnicas de governo do sujeito produtivo. A partir de setembro de 1949, o ISOP inicia a publicação de seus Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, o qual teve seu nome modificado na década de 60 para Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada e posteriormente, nos anos 70 para simplesmente Arquivos Brasileiros de Psicologia. Modificações que atenderam às próprias reformulações das atividades do instituto, sua periodicidade trimestral, no entanto, não fora interrompida até o fechamento do instituto no ano de 1990.

Nossa metodologia de análise consistiu, portanto, em primeiramente dividirmos as participações do expertise psicológico no campo do trabalho em três fases. Estas se diferenciarão quanto às suas problematizações, bem como suas transformações operadas no modo de exercício da autoridade.

A primeira fase estipulamos nomear de “disciplinar”. Sinteticamente, neste momento as intervenções pretendidas buscariam a melhor adaptação do indivíduo ao trabalho mediante o uso de técnicas mais voltadas para a inscrição das subjetividades, tais como testes de aptidão e inteligência. Neste processo de *materialização da mente* (ROSE, 1998), pode-se observar uma reverberação, naquilo que será tomado como constitutivo dos sujeitos, dos próprios meios técnicos que o permitiram conhecer: o então emergente sujeito psicológico é marcado pela normatividade das instituições nas quais está inserido.

Já na segunda fase, a qual denominamos ergonômica, encontraríamos a emergência de vetores contrapostos aos objetivos disciplinares. Apesar de ainda se restringirem à realização de tarefas, as investigações, em uma inversão, indicariam que estas devem se adaptar às naturezas psíquicas e sociais do trabalhador. Nova visibilidade é conferida ao que antes apareceria apenas como variável estranha, estas passando a mesmo orientar as intervenções.

Na terceira fase, empreendedorista, as técnicas agem na articulação entre as esferas pessoais e profissionais. Os empregados deverão se realizar não apesar, mas através do trabalho, este devendo alinhar suas condições e objetivos a ética do *self* empreendedor, a qual compartilha da compreensão de que o ser humano porta um *self* aspirante a autonomia e liberdade, devendo buscar significado em sua vida através de atos de escolha: uma radicalização na condução liberal da conduta, pois as intervenções coercitivas seriam cabais

impeditivos a um movimento natural dos empregados em busca, inclusive, de excelência no exercício de suas tarefas.

Em seguida a esta etapa de delimitação cronológica, objetivamos contabilizar por ano a presença de artigos concernentes a cada uma destas fases. Na análise incluímos artigos que tratam de discussões e proposições no campo do trabalho, especialmente voltados a técnicas. Foram excluídos balanços acerca da atividade do Instituto, bem como textos que se atenham a uma discussão puramente teórica da psicologia. As publicações seguem até a data atual, mas pretendemos encaminhar nossa revisão bibliográfica até o ano de 1990, ano de fechamento do ISOP.

Estamos ainda em etapa inicial desta pesquisa, mas já podemos apresentar um gráfico com os primeiros dados coletados. A seguinte tabela apresenta a porcentagem de artigos referentes a cada uma das fases pelo total de artigos publicados no dado ano, no caso sendo a fase disciplinar identificada como “Fase I”, a ergonômica como “Fase II e a empreendedorista como “Fase III”:

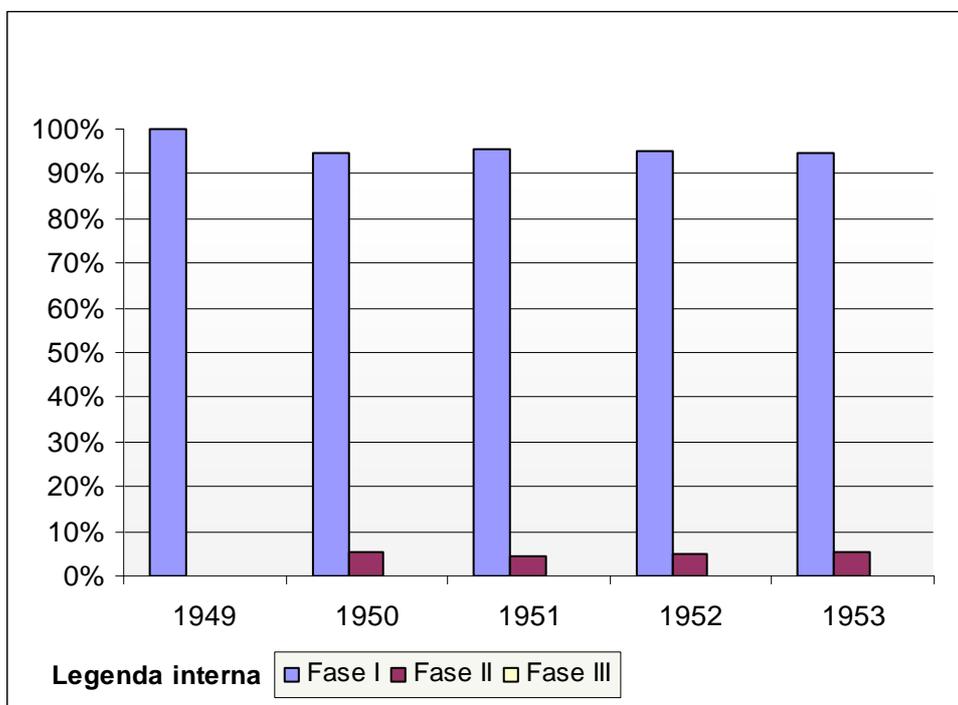


Gráfico 1

Por enquanto podemos observar uma supremacia, como esperado, da primeira fase sobre as demais, mas é de nossa hipótese que a partir dos anos 1960 uma maior expressividade da segunda fase se apresente, decorrente da absorção nacional tardia das inovações gerenciais conseqüentes do advento da Segunda Guerra Mundial. Rose e Athayde apontam este período como produtor de inovações tecnológicas também no campo das ciências humanas. Um crescimento quanto às publicações da terceira fase esperamos encontrar apenas em meados ou fins da década de 80. Rose indica que nos contextos inglês e norte-americano a linguagem do empreendedorismo ganhou maior força política apenas neste período, a partir do pensamento neoliberal.

CONCLUSAO

Com esta pesquisa, portanto, objetivamos conferir nova visibilidade as relações entre a psicologia e os dilemas implicados no governo da subjetividade. Para isso fazendo-se

relevante não a tomarmos como um corpo de teorias abstratas, mas, ao invés disso, enquanto tecnologia de governo, um domínio prático implicado nas formas como se concebem os sujeitos e se efetivamente agirá sobre eles em prol de níveis ótimos de saúde, tranqüilidade, segurança, riqueza.

A psicologia operaria, então, uma transformação na natureza do exercício da autoridade, conferindo a ela uma base ética ao que se realize à luz de um conhecimento sobre aqueles que lhes são sujeitos. Como aponta Rose (2008), ela se torna não tanto uma questão de ordenar, controlar, comandar a obediência e a lealdade, mas de aprimorar a capacidade dos indivíduos de exercer autoridade sobre si mesmos, dessa forma corroborando os preceitos dos modos liberais de governo.

Referências

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Trabalho original publicado em 2004).

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Trabalho original publicado em 2004).

ROSE, N. *Inventing Our Selves: Psychology, Power and Personhood*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ROSE, N. (1999). Governing the Soul: The Shaping of the Private Self. Londres: Free Association Books.

ATHAYDE, M. . Psicologia e trabalho: que relações. In: MANCEBO, Deise; JACÓ-VILELA, Ana maria. (Org.). *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. 2a. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, v. 1, p. 197-221.